

**HABEAS CORPUS Nº 409.843 - SP (2017/0184640-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : SOLIMAR FERREIRA NERY  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : SOLIMAR FERREIRA NERY (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Solimar Ferreira Nery**, de próprio punho, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu parcial provimento à apelação da defesa, para afastar a condenação por porte ilegal de armas, e manter a pena do paciente pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Em despacho às fls. 16 e 21, solicitei ao Tribunal de Justiça paulista informações acerca de ação penal instaurada contra o paciente; em sequência, determinei o envio dos autos à Defensoria Pública estadual.

Informações prestadas às fls. 27/28 e 78/79.

A Defensoria Pública de São Paulo manifestou-se no sentido de que o paciente visa à revisão do processo e da pena aplicada, o que enseja o revolvimento fático-probatório, inviável na via do *habeas corpus*. Requereu, então, a concessão de ofício do pedido inicial, ou o encaminhamento da petição ao Egrégio TJ/SP para, se possível, formação de expediente de revisão criminal em favor do paciente, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para oferecimento de razões (fls. 141/142).

É o relatório.

Trata-se de pedido formulado diretamente pelo réu, de próprio punho e sem assistência de advogado ou defensor, visando à revisão do processo, da pena aplicada e da condenação sofrida, com a alegação de nulidades.

Com efeito, não é viável a apreciação, diretamente por este Superior de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância, das questões fáticas deduzidas, pois

não reapreciadas na amplitude almejada pelo paciente, especialmente em pedido revisional.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. ILEGALIDADE NA DOSIMETRIA DA PENA. MATÉRIA NÃO SUSCITADA PELA DEFESA EM MOMENTO ALGUM DURANTE A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO. ALEGAÇÃO DO TEMA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO.

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA COM FEIÇÕES DE REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. INDEFERIMENTO DO *WRIT* LIMINARMENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - O manejo de habeas corpus após o trânsito em julgado da condenação, visando reconhecer eventual ilegalidade na dosimetria da pena, questão não suscitada em momento algum pela defesa, durante a tramitação do processo penal, importa em indevida supressão de instância e de manejo do *writ* de modo indevido, com feições de revisão criminal.

2 - Indeferimento liminar da inicial da presente impetração que se mantém.

3 - Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 420.097/ES, Sexta Turma, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 13/11/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do presente *writ*.

Encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo e intime-se a Defensoria Pública estadual, com atuação na Corte paulista, para providências que entender cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator